



Requerimento nº 235/2025

Assunto Principal: Isenção de IPTU

Requerente: Maria Rosa Martins da Costa

Valor da Causa: R\$ 106,28

### **DECISÃO**

#### **I – RELATÓRIO:**

No dia 05 de Dezembro de 2025, Maria Rosa Martins da Costa, viúva de Lourival Gonçalves da Costa, conforme Certidão de óbito nº 1.524, solicitou a isenção do IPTU para o ano de 2025, referente ao imóvel registrado sob a matrícula 3.581 no Serviço de Registros de Imóveis da Comarca de Andirá, com cadastro imobiliário 1-3505. A propriedade está situada na Rua Tupinambás, número 168, no bairro denominado Jardim Ingá.

Maria Rosa Martins da Costa é proprietária do imóvel, segundo o registro nº 3.581 da matrícula supracitada. Segundo a Certidão de Propriedade Nº 36303/2025 é proprietária apenas do imóvel que solicita a respectiva isenção.

Com base na consulta de pagamentos de benefícios fornecidos pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A, cuja fonte pagadora é o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) referente à competência dos meses de setembro, outubro e novembro, a requerente é beneficiária do respectivo Instituto de Previdência, por aposentadoria por idade e pensão por morte, recebendo mensalmente R\$ 3.036,00.

De acordo com a Folha Resumo do Cadastro Único, usando o Código Familiar 6947632099, emitida em 19/11/2025, o grupo familiar correspondente é a requerente e seu filho Daniel Gonçalves da Costa. O endereço, segundo a folha resumo, é Rua Tupinambás, número 168. A fatura do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) referente ao imóvel, com mês de referência de 10/2025 e a ficha cadastral atualizada, confirmam que Maria é a proprietária da ligação, reforçando que ela reside no mencionado imóvel, conforme indicado na Folha Resumo.

Após análise do cadastro imobiliário, as edificações no lote apresentam 72,60m<sup>2</sup> e é destinada para fins residenciais, conforme o Boletim de Cadastro Imobiliário do respectivo registro. As imagens obtidas através do Google Maps corroboram a área da edificação registrada, demonstrando consistência entre as informações cadastradas e a observação visual.

---



## **II – FUNDAMENTAÇÃO:**

De acordo com o art. 1º da Lei nº. 3.263 de 18 de dezembro de 2019 e o inciso I desse artigo, ficam isentos do IPTU os aposentados e pensionistas do sistema previdenciário oficial (INSS ou outros), inclusive aqueles que se aposentaram por invalidez, que possuam apenas um imóvel no município de Andirá com área de até 150 m<sup>2</sup>:

Art. 1º - São isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, os aposentados e pensionistas do sistema previdenciário oficial (INSS ou outros), aposentados por invalidez pelo sistema previdenciário oficial (INSS ou outros), inclusive na condição auxílio doença, beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, trabalhadores rurais, proprietários ou possuidor de 01 (um) único imóvel no Município de Andirá ou possuidor de imóvel da COHAPAR que tenha posse de um único imóvel no Município de Andirá, que comprovem:

I - Ser proprietário de 01 (um) único imóvel urbano destinado à sua própria moradia, com área de até 150 (cento e cinquenta) metros quadrados construídos.

[...]

Além disso, de acordo com o §1º e §2º do art. 1º da Lei nº. 3.263 de 18 de dezembro de 2019, os proprietários devem estar cadastrados no Cadastro Único (CADUNICO) em Andirá e possuir fonte de renda igual ou inferior a dois salários mínimos nacionais na época do vencimento do tributo:

§1º - O(s) proprietário(s), o(s) possuidores de imóvel referente aos incisos I, II, e III deste artigo deverá(ão) estar cadastrado(s) no Cadastro Único (CADUNICO) no Município de Andirá.

§2º - O(s) proprietário(s) e o(s) possuidores de imóvel referente aos incisos I, II, e III da COHAPAR deverá(ão) ter fonte de renda cujo valor seja igual ou inferior ao equivalente a 2 (dois) salários mínimos nacional, vigente à época do vencimento do respectivo tributo

Não obstante, de acordo com o Art. 6º da lei correspondente, o período de isenção será de 5 (cinco) exercícios:

Art. 6º - O contribuinte que atender aos requisitos desta Lei ficará isento pelo período de 5 (cinco) exercícios, iniciando a contagem no exercício da concessão do benefício. [...]



### **III – DECISÃO**

Diante do exposto, fica deferido a isenção do IPTU referente o exercício de 2025 com fulcro no Art. 1 da Lei nº. 3.263 de 18 de dezembro de 2019, bem como fica isento o IPTU dos exercícios de 2026 a 2030 nos termos do Art. 6 da respectiva lei.

**Fábio Biancardi Baldini**  
**Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação**